



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA

09.09.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº

1 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## SUMÁRIO

- [\*\*A COMURG E O DILEMA DE SOFIA – O Popular\*\*](#)
- [\*\*IR AONDE O POVO ESTÁ – O Popular\*\*](#)
- [\*\*O CRIME ORGANIZADO MORA AO LADO – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*PROGRESSISMO IMATURO E AUTORITÁRIO - Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*A TEORIA DOS ELEFANTES BRANCOS: POR QUE HÁ TANTAS OBRAS INACABADAS EM NOSSO PAÍS? - Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*POR QUE NÃO CONSEGUIMOS REDUZIR AS QUEIMADAS NO BRASIL? - Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*CASO SILVIO ALMEIDA VIRA MUNICÍPIO PARA DIREITA E GERA DIVERGÊNCIA NA ESQUERDA - Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*DESPOLITIZAÇÃO CONTRA POLARIZAÇÃO - Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*571 DENÚNCIAS DE ASSÉDIO SEXUAL SÃO REGISTRADAS NESTE ANO, APONTA PAINEL DA CGU – O Hoje\*\*](#)
- [\*\*"AUMENTAR IMPOSTOS É INCONCEBÍVEL", DIZ O SENADOR ANGELO CORONEL – Correio Braziliense\*\*](#)
- [\*\*ENTENDA PORQUE O PIB SUPEROU AS ESTIMATIVAS DO MERCADO E DO GOVERNO – Correio Braziliense\*\*](#)
- [\*\*CORTESIA COM CHAPÉU ALHEIO – Correio Braziliense\*\*](#)
- [\*\*SEGURADORA VENCE NO CARF DISPUTA SOBRE PIS E COFINS – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*STF: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DEVEM FORNECER DADOS DE CLIENTES AO FISCO – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*DESTAQUE – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*O STJ E A REVISÃO DE DECISÕES DO CARF – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB\*\*](#)

**JORNAL – O POPULAR – 09.09.2024 – PÁG. 3**

**A Comurg e o dilema de Sofia**

*Gabriel Tenaglia Carneiro*



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de Goiânia derrubou o veto do prefeito que retirava da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 os recursos destinados à Comurg. Com essa decisão, a Prefeitura de Goiânia será obrigada a incluir verbas na LDO para cobrir a dependência econômica da companhia, que enfrenta sérios problemas financeiros. A Comurg acumula uma dívida de aproximadamente R\$ 1 bilhão, além de uma folha de pagamento mensal em torno de R\$ 30 milhões.

A decisão, sustentada sob o argumento de preservar os empregos de 7 mil colaboradores da empresa, coloca em risco o futuro de 50 mil servidores efetivos da Prefeitura, que podem sofrer as consequências de um rombo nas contas públicas, comprometendo gravemente a gestão municipal. A história da Comurg é marcada por sucessivos desmandos e uma gestão falha. Criada para cuidar dos serviços de limpeza urbana e conservação da cidade foi acumulando dívidas ao longo dos anos, tornando-se um grande problema para a administração municipal.

Diversos governos tentaram reorganizar e sanear a companhia, mas sem sucesso.

A má administração, o inchaço da folha de pagamento e o uso político transformaram a Comurg em uma verdadeira bomba-relógio fiscal. Sua incapacidade de se manter financeiramente estável fez com que dependesse continuamente de aportes da Prefeitura, drenando recursos que poderiam ser aplicados em outras áreas prioritárias, como saúde, meio ambiente, educação e infraestrutura. Enquanto isso, os servidores públicos (professores, analistas de obras e urbanismo, médicos, enfermeiros, fiscais, GCM, procuradores, técnicos administrativos e operacionais), que também desempenham um papel essencial na prestação dos serviços públicos municipais estão com os seus direitos em risco. Esses servidores, por serem concursados, têm direitos assegurados e estabilidade no emprego.

No entanto, com o comprometimento das finanças do município, até mesmo esses direitos podem ser afetados. O atraso de salários, a falta de investimentos em melhorias e a sobrecarga de trabalho são problemas que podem se agravar caso a Câmara Municipal priorize os interesses da Comurg em detrimento dos servidores efetivos. A decisão de garantir recursos para a companhia gera um verdadeiro "dilema de Sofia" para a gestão municipal: salvar 7 mil empregos de uma empresa historicamente mal administrada ou preservar a segurança financeira e a estabilidade dos 50 mil servidores efetivos do município. Neste cenário, é fundamental que os servidores efetivos estejam atentos e se mobilizem. Em pleno período eleitoral, muitos vereadores parecem mais preocupados em garantir os votos dos colaboradores da Comurg do que em zelar pela responsabilidade fiscal e pela boa gestão dos recursos públicos.

É imprescindível que os servidores e a população em geral compreendam o impacto dessa decisão e exijam uma gestão transparente, que respeite o equilíbrio fiscal e priorize o bem-estar de toda a cidade, e não apenas de uma empresa em dificuldades. A luta por uma Goiânia que promova desenvolvimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental e uma boa administração depende de todos.

### **Ir aonde o povo está**

*Antônio Carlos de Souza Lima Neto*

No início do ano passado, o Conselho Deliberativo Estadual definiu para a Diretoria Executiva do Sebrae Goiás os desafios de garantir que seus serviços chegassem aos empreendedores dos 246 municípios do estado e somar 2 milhões de atendimentos na Gestão 2023/2026. E agora a instituição orgulhosamente apresenta dados que mostram que metade da meta de atendimentos -- 1 milhão -- já foi superada.

Superar essa marca antes do previsto não é apenas uma conquista numérica, é uma afirmação do impacto transformador que o Sebrae Goiás tem no estado. Desde o início desta gestão, estabelecemos metas que, à primeira vista, pareciam audaciosas, mas que, para nós, representavam a verdadeira extensão do nosso compromisso com o desenvolvimento econômico e social de Goiás.

Nossa jornada até aqui foi guiada por uma compreensão profunda das necessidades dos empreendedores goianos, especialmente daqueles que operam longe dos grandes centros urbanos. Acreditamos que o empreendedorismo é a força que impulsiona a transformação não apenas das economias locais, mas também das vidas e comunidades. Essa crença nos levou a superar desafios complexos, rompendo barreiras geográficas e sociais para levar conhecimento, inovação e suporte técnico a cada canto do estado.

Este marco de 1 milhão de atendimentos, alcançado com meses de antecedência do que era previsto, é uma prova da capacidade de planejar e executar estratégias eficazes. Não se trata de um esforço isolado, mas sim da colaboração contínua entre a instituição, as comunidades locais e nossos parceiros estratégicos. Essas alianças fortaleceram nossa capacidade de inovação, permitindo que soluções personalizadas e adaptadas às realidades locais fossem implementadas com sucesso. Cada parceria firmada é um passo em direção ao fortalecimento de uma rede de apoio que sustenta o empreendedorismo.

E a estratégia se baseou em irmos além da capital e das grandes e médias cidades, alcançando os empreendedores que estão "atrás do morro", nas localidades remotas, nos distritos municipais e nas pequenas comunidades. As caravanas empreendedoras, as feiras e as consultorias não são apenas serviços prestados, mas expressões tangíveis de uma gestão que acredita no poder da descentralização, na democratização do conhecimento e na inovação como caminhos indispensáveis para o crescimento sustentável.

Além da eficiência operacional, o que realmente distingue o Sebrae Goiás é a empatia que a instituição tem com relação a cada empreendedor que, ao buscar nossos serviços, carrega consigo não apenas uma ideia, mas um desejo genuíno de criar, crescer e contribuir para a sociedade. E até o final da gestão continuaremos



a trilhar este caminho de transformação, certos de que podemos ir ainda mais longe. Nosso compromisso é não apenas com a superação de números grandiosos, como dos 2 milhões de atendimentos, mas com a construção de um legado duradouro que será lembrado pelas vidas que tocamos e pelas comunidades que apoiamos.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.09.2024– PÁG. A2**

### **O crime organizado mora ao lado**

Com 14% da população em bairros sob jugo de facções e milícias, deve-se focar em inteligência para desmonetizar grupos



Pesquisa do Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública estima que, entre junho de 2023 e junho de 2024, mais de 23 milhões de brasileiros moraram em locais com presença de facções criminosas ou milícias —o que significa 14% da população.

O dado mostra que, para parcela considerável dos habitantes do país, o encontro com a violência urbana não é algo esporádico ou fortuito, mas recorrente.

Mesmo que a grande maioria deles não more em região controlada por criminosos, os milhões que moram evidenciam a banalização da presença do crime organizado nas cidades brasileiras e, por consequência, a falência de políticas na segurança pública. No Rio de Janeiro, levantamento da Universidade Federal Fluminense em parceria com o Instituto Fogo Cruzado mostra que 18,2% da área construída na região metropolitana estava sob jugo armado ilegal em 2023 —ante 8,8% em 2008. Desse total, 51,9% eram dominados pelo Comando Vermelho, e 38,9%, por milícias.

As duas maiores facções do país —Primeiro Comando da Capital (PCC) e CV— já estão presentes em mais de 20 estados, segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais, e atuam em prisões de 24 estados e do Distrito Federal, além de estarem expandindo seu raio de ação para territórios vizinhos na América Latina. Para enfrentar essa tragédia, é preciso atuar com inteligência investigativa e em parcerias internacionais. Só assim é possível desvendar e bloquear fontes de financiamento e relações de grupos armados com o Estado.

O poder público brasileiro, no entanto, insiste em políticas de grandes operações policiais que não raro descambam para a violência contra a população que mora em bairros controlados por facções e milícias —e não produzem efeito duradouro na diminuição da criminalidade. O perigo é que os dados da pesquisa Datafolha estimulem a manutenção da truculência policial por parte dos gestores. De forma compreensível, sondagens mostram que a segurança pública se destaca entre os temas de maior preocupação dos brasileiros.

Mas só policiamento ostensivo e grandes operações são medidas populistas baseadas em punitivismo, que servem mais a propósitos eleitoreiros do que para solucionar um problema complexo. A expansão territorial de facções e milícias tem sido possível com o aumento da influência econômica e do nível de organização desses grupos. Desmonetizar o crime é, portanto, fundamental. Sem isso, o perigo continuará morando ao lado.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.09.2024 – PÁG. A3**

### **Progressismo imaturo e autoritário**

Caso Silvio Almeida expõe contradições da faceta identitária, que solapa direitos em nome da justiça

*Lygia Maria*

O caso das denúncias de assédio contra o ex-ministro Silvio Almeida pode ser uma oportunidade para que militantes do progressismo de cunho identitário reavaliem suas táticas de ação política.

Foi uma grata surpresa vê-los pedindo cautela para que não fossem feitas acusações sem provas. Tal sensatez, que respeita o devido processo legal, não é vista quando acusados são brancos ou não alinhados à esquerda.

Essa obsessão identitária por aspectos físicos (sexo, raça e sexualidade) aliada à ideia de dominação sistêmica embota o debate público e solapa direitos. Toda denúncia feita por mulheres, negros ou homossexuais é verdadeira porque esses traços biológicos pertencem a grupos oprimidos. Todo acusado tenta se defender alegando fazer parte de um desses grupos —Almeida, a propósito, usou essa cartada.

Do mesmo modo, quem não está na panelinha fisiológica é culpado a priori. Não à toa, na última década, as redes sociais viraram tribunais que incitam linchamentos virtuais e cancelamentos. Não são poucos os casos, no Brasil e no mundo, de pessoas que têm suas vidas destruídas por denúncias que depois se verificam falsas —o movimento feminista MeToo, por exemplo, estimulou esse denunciamento global.

A sanha punitivista é tamanha que inventam-se crimes, como a ignorante imputação de racismo às palavras "criado-mudo" e "esclarecer" ou a quem ouse fazer críticas, como o antropólogo Antonio Risério —cujo linchamento Almeida ajudou a promover. O preconceito contra negros, mulheres e homossexuais não é desculpa para dilapidar pilares do Estado de Direito, arduamente construído ao longo de séculos.

Destruir é muito mais fácil, rápido e estimulante do que construir e preservar. Mas é atitude infantil e primitiva, típica de crianças mimadas, turbas de justiceiros e governantes despóticos. O progressismo precisa amadurecer e aprender a criar consensos, em vez de acirrar disputas com bases infundadas, para construir políticas efetivas de combate ao preconceito aliadas à garantia dos direitos fundamentais —a não ser que



prefira continuar em dissonância cognitiva, enquanto promove autoritarismo em nome da liberdade e da justiça.

### **A teoria dos elefantes brancos: por que há tantas obras inacabadas em nosso país?**

Projetos inviáveis ou economicamente deficitários representam uma forma de transferência de renda para grupos

*Marcus André Melo*



Por que há tantas obras inacabadas em nosso país? Já faz parte da nossa paisagem como uma segunda natureza estradas que ligam nada a lugar nenhum; obras prontas que se mostram inviáveis ou com defeitos insanáveis: estaleiros, refinarias, cidades da música. A variável explicativa central é a corrupção.

Mas não dá conta de explicar muitos casos, onde não há evidências de desvios. Ou de imperícia técnica. Uma explicação foi proposta por James Robinson e Ragnar Torvik em um paper intitulado sugestivamente "White Elephants".

Robinson é um cientista político e coautor com Daron Acemoglu de "Por que as Nações Fracassam?" e "O Corredor Estreito: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza". Os autores enumeram inúmeros elefantes brancos em vários continentes e formalizam o argumento.

Os elefantes brancos para os autores são produtos de uma falha política de mercado: de uma incapacidade de agentes políticos de lidar com o problema da credibilidade de suas promessas ao eleitorado. Do ponto de vista da sociedade, a melhor alternativa é quando os agentes políticos prometem bens públicos tais como educação pública e/ou infraestrutura com retorno social elevado. Mas nas novas democracias os incentivos para a oferta de bens públicos são bem menores do que a oferta de bens com benefícios concentrados para indivíduos (transferências) e firmas (isenções) (o que examinei aqui na coluna).

Projetos inviáveis ou economicamente deficitários representam uma forma de transferência de renda para grupos ou localidades. Sinalizam para um setor do eleitorado alinhado com o agente político responsável um compromisso crível de transferir renda. Mesmo sendo deficitários, geram empregos para setores alinhados com seus patrocinadores, e os custos socializados. A volatilidade que os leva a ficarem inacabados ou funcionando com elevado custo social é produto de incentivos particularistas.

Em democracias funcionais, os partidos políticos agregam interesses universalistas e têm mais incentivos para ofertar bens públicos, e para alinhar responsabilidade fiscal com gasto. Os elefantes brancos adquirem visibilidade com a alternância de poder entre grupos clientelares rivais, o que leva a ondas de novas iniciativas. Quando esta dinâmica se combina com a pequena corrupção, temos quadras esportivas inacabadas, viabilizadas por emendas orçamentárias; quando o faz com a grande, temos refinarias, estaleiros

e siderúrgicas inacabadas e/ou deficitárias. Em muitos casos as obras foram embargadas por evidências de irregularidades.

Os órgãos de controle até as identificam, mas se subordinam à lógica majoritária, vale lembrar que o TCU é órgão ancilar do poder Legislativo, e não é parte do Judiciário. E, portanto, é vulnerável ao alinhamento entre Executivo e maiorias legislativas. Como ocorreu em 2005 e 2010, quando o TCU recomendou o bloqueio de verbas orçamentárias para obras com irregularidades, mas o presidente Lula logrou vetar a lei orçamentária, e liberar recursos. Houve novas paralisações, e as mesmas obras estão sendo retomadas atualmente. E mais, o STF acaba de determinar que as obras inacabadas tenham prioridade.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.09.2024 – PÁG. A4**

### **Por que não conseguimos reduzir as queimadas no Brasil?**

Instituições governamentais, que deveriam aplicar multas, e bancos, que decidem para quem conceder crédito, são coniventes

*Marco Moraes*

Enquanto o Pantanal e a Amazônia ardem em chamas, naquele que pode ser o pior ano na história da devastação desses biomas, brasileiros e a comunidade internacional se perguntam por que não conseguimos ao menos resolver parte desse problema.

É fato que a mudança climática, com o aumento da temperatura, estiagens prolongadas e chuvas mais intensas, porém mais espaçadas, estão causando um grande aumento dos incêndios florestais em todo o mundo.

Vale registrar que em muitos biomas, principalmente nas florestas temperadas e no cerrado brasileiro, o fogo faz parte do ecossistema. No entanto, mesmo nesses lugares os incêndios têm se alastrado descontroladamente, destruindo a vida selvagem, propriedades e causando perda de vidas humanas em proporções catastróficas. No Pantanal e na Amazônia, a umidade não deixa que o fogo natural, nas raras vezes em que ocorre, se alastre. As queimadas ali são provocadas pela ação humana, irresponsável ou mesmo criminosa. Se essa é a causa das queimadas, os esforços para reduzi-las devem se voltar para a identificação e punição de quem está colocando fogo na mata.



Tal comportamento deveria ser inibido, mas não é por três razões principais. Um estudo recente do Greenpeace, em 478 propriedades onde se registraram focos de incêndio no chamado "Dia do Fogo" — quando, em agosto de 2019, grupos ruralistas combinaram queimadas em série na Amazônia—, mostrou que apenas 10% delas receberam multas relacionadas a queimadas ilegais, e muitas continuam sendo beneficiadas com recursos do crédito rural.



**CLIPPING**

DATA

09.09.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº

8 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Ou seja, as instituições governamentais —que deveriam aplicar multas— e os bancos —incluindo o Banco do Brasil, que decidem para quem conceder crédito— são coniventes com os criminosos. Além das dificuldades atuais, o Congresso, onde são numerosos os tais membros da "bancada do boi", há mais de 25 projetos que pretendem tornar mais flexíveis as leis ambientais, sendo que 8 avançaram inclusive durante o período da tragédia das chuvas no Sul. E há mais de uma centena esperando para serem colocados em pauta. Ou seja, se a legislação atual não é aplicada, imagine como ficará a situação com a tal "flexibilização".

O Brasil tem um modelo econômico baseado na exportação de commodities, como carnes, grãos e minérios, que estão entre os produtos de menor valor agregado do mundo —mesmo quando produzidos com alta tecnologia, como é o nosso caso com boa parte do agronegócio. Os defensores desse modelo estão cada vez mais poderosos, controlando a política e até mesmo a opinião pública. Vendem a ideia de que esse modelo econômico é nossa melhor opção. O resultado é que o Brasil, na contramão do planeta, vive um processo de desindustrialização, baixo investimento em educação e capacitação tecnológica, e uma visão extrativista comparável à dos exploradores que aqui chegaram há mais de 500 anos.

Não devemos ser contrários ao agronegócio. O Brasil pode, sim, ser o celeiro do mundo. Mas para isso não é necessário destruir mais biomas, como a Amazônia, que dariam um retorno muito maior com a exploração sustentável de seus frutos, essências e muitos outros produtos que são únicos e valiosos. A sociedade brasileira, portanto, está refém de um agronegócio que se desenvolve com base em um modelo retrógrado e insustentável. E estamos fazendo muito pouco para mudar isso. O atual governo parece ter boas intenções — no discurso. Mas o fato é que não houve mudança significativa em nenhum dos processos de degradação ambiental no país.

Até quando vamos agir assim? Não chegou o momento de compreendermos que a sustentabilidade é o caminho para um futuro melhor para todos nós? Por quanto tempo mais seremos o exemplo mais visível para o mundo de uma sociedade complacente com os danos ambientais? Em breve teremos eleições municipais. É uma oportunidade para começarmos a virar esse jogo. Vote em quem vai lutar por uma economia mais moderna e sustentável. Senão por outro motivo, porque sua vida e seu futuro dependem disso.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.09.2024– PÁG. A12**

### **Caso Silvio Almeida vira munição para direita e gera divergência na esquerda**

Bolsonaro e aliados usaram demissão de ministro por acusações de assédio para criticar adversários políticos e governo Lula

*João Gabriel*

A demissão do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, acusado de assédio sexual contra a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, virou munição para a direita, e o caso tem gerado divergências dentro do campo político da esquerda.

Bolsonaristas usam o episódio que culminou na demissão do ministro para criticar os adversários, inclusive o presidente Lula (PT), que soube do episódio pelo menos sete dias antes de as acusações serem tornadas públicas, como mostrou a Folha. Dentro da própria esquerda, apesar de uma majoritária solidariedade a



Anielle, houve nomes que defenderam Almeida. Almeida foi demitido por Lula na sexta-feira (6), um dia depois da publicação de reportagem do portal Metrôpoles que apontou que uma das supostas vítimas de assédio sexual seria a titular da Igualdade Racial.

Após a divulgação das acusações, uma série de nomes da direita foi às redes sociais para criticar o ex-ministro, o governo Lula e a esquerda. A área dos direitos humanos era, no início do mandato petista, uma das principais apostas governistas, diante da má imagem, inclusive internacional, que o governo Jair Bolsonaro (PL) tinha nesse setor —o ex-mandatário tem histórico de declarações preconceituosas contra minorias. Bolsonaro chamou o ex-auxiliar de Lula de "taradão da Esplanada" horas depois de o caso ser divulgado na quinta (5). Ele e seu filho senador, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), compartilharam nas redes a manchete da notícia das acusações de assédio.

A ministra de Direitos Humanos do governo Bolsonaro e hoje senadora Damares Alves (Republicanos-DF) publicou um vídeo naquela mesma noite em apoio a Anielle e pediu a demissão de Almeida. O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) falou em "hipocrisia" da esquerda; Carla Zambelli (PL-SP) ironizou o ministro "lacrador" do governo Lula; e Bia Kicis (PL-DF) aproveitou a oportunidade para criticar o movimento feminista.

O ex-ministro negou as acusações e usou inicialmente os canais institucionais do ministério do qual era titular para se defender. A iniciativa foi criticada por Lula. Nas redes sociais, Almeida postou um vídeo citando sua filha e classificou as acusações de falsas. Uma nota publicada no site do ministério acusou, sem provas, a ONG Me Too, que atua na defesa de vítimas de violência sexual, de ter respaldado o caso de Anielle após tentar, e não conseguir, interferir na licitação do programa Disque 100 da pasta.

A Me Too nega e diz que apenas participou da elaboração do processo do Disque 100 como entidade da sociedade civil, fazendo sugestões e contribuições. O ex-ministro também entrou na Justiça para pedir explicações à entidade sobre o caso. Após ser exonerado, Almeida disse ainda que não se demitiu, mas pediu para Lula demiti-lo, como forma de mostrar sua inocência. A maior parte da esquerda saiu em defesa de Anielle e criticou o ministro. Houve, no entanto, uma fissura entre os movimentos desse campo ideológico, com manifestações de apoio a Almeida.

O Instituto Luiz Gama, fundado pelo próprio ex-ministro, saiu em sua defesa e disse que o caso se tratou de uma articulação racista para derrubá-lo do cargo. "Se alguém tinha dúvida, agora não há mais. Há um movimento organizado por meio de mentiras para derrubar Silvio Almeida e tirá-lo a força do jogo político", afirmou a instituição. No vídeo que postou em suas redes, Almeida recebeu apoio, por exemplo, da cartunista Laerte que comentou: "Estamos com você". Vice-presidente do PT e deputado federal, Washington Quaquá também defendeu o ex-ministro. "Mesmo se tivesse errado, mereceria de mim um perdão cristão", disse.

Já a Coalizão Negra por Direitos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e o Mulheres Negras Decidem criticaram o ex-ministro e se solidarizaram com Anielle. Diversos ativistas afirmaram nas redes

sociais que o caso representa uma derrota geral para a esquerda e para os movimentos negro, das mulheres e dos direitos humanos. A ministra da Igualdade Racial publicou nota na sexta-feira na qual pediu respeito a sua privacidade e disse que contribuirá "com as apurações, sempre que acionada".

Almeida assumiu o Ministério dos Direitos Humanos com um discurso elogiado durante sua posse, em que, inclusive, citou Anielle. No cargo, reativou a Comissão de Anistia e impulsionou programas e projetos em defesa da memória da escravidão e reparação à população negra. Em um de seus últimos atos, recriou a Comissão de Mortos e Desaparecidos da Ditadura. Contudo viu Lula vetar eventos a respeito do regime militar neste ano, em razão do aniversário de 60 anos do golpe, ocorrido em março.

Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, foi nomeada como ministra interina. À Folha ela afirmou que se reunirá com a equipe pela primeira vez nesta segunda-feira (9). "Minha expectativa é que seja temporário, até ter um nome definitivo", disse. Após a demissão, a secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos pediu para ser exonerada. Rita Cristina de Oliveira ocupava o cargo desde o início do governo e era uma das principais aliadas de Almeida.

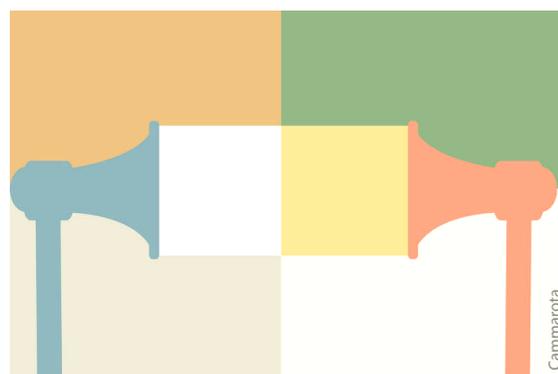
**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.09.2024– PÁG. A33**

### **Despolitização contra polarização**

Quanto mais politizado é um corpo social, pior é a vida e o convívio

*Luiz Felipe Pondé*

Um dos problemas estruturais da adesão a política —não me refiro aqui aos políticos profissionais— é que essa adesão é adolescente, regressiva em termos morais, cognitivos e epistêmicos, necessitando, portanto, de um baixo uso do pensamento para existir. Complicado? Nem tanto. A adesão apaixonada pela militância política é coisa de adolescente, mesmo que com 60 anos de idade. Resumo da ópera: a política é regressiva. Não é de se estranhar, já que ela é, de certa forma, fruto do nosso cérebro réptil.



A ilustração colorida de Ricardo Cammarota foi executada em técnica digital, vetor, em cores chapadas, tons pastéis. Na horizontal, proporção 13,9cm x 9,1cm, a ilustração apresenta uma composição gráfica, com linhas retas, dois alto-falantes em linguagem de ícones, um de frente para o outro, um deles está em cor cinza azulado e o outro, rosa pálido. Entre eles, dois quadrados de cores chapadas, que se encontram, um branco e outro laranja claro. Ao fundo, quadrados de cores em tons pastéis de bege, verde água, marrom claro e creme.

Sei que essa hipótese entra em choque com gurus da política como Deleuze ou Foucault —o primeiro um tanto fora de moda. Para esses, e muitos outros, tudo é política. Corpo político, café político, posição de dormir política, arrote político. Pois, arrisco dizer que, quanto mais "politizado" é um corpo social —a sociedade aqui incluída— pior é a vida e o convívio. Precisamos de menos política. Dito de outra forma: a



## CLIPPING

DATA

09.09.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

polarização violenta em que vivemos hoje é resultado necessário da natureza da militância política e, por isso mesmo, não tem saída, só se as pessoas recuarem da política. Só uma "despolitização" da sociedade pode reduzir a polarização louca.

Esta sim, poderá destruir as instituições da democracia, mesmo que a narrativa da esquerda hoje chame para si o papel de "anjo guardião da democracia". Vê? Coisa de criança. O filósofo húngaro radicado nos EUA, John Kekes, com uma obra essencial em política e moral, é quase completamente desconhecido no país e sem tradução até hoje. O mercado editorial hoje no Brasil é uma indústria cooptada pela polarização — editores, vendedores de livrarias, donos de livrarias: se você não vestir o manto da santidade política da esquerda, você é apagado. Restam pouquíssimas exceções, e que quase sempre morrem à míngua. Existem, claro, as editoras à caça de best-sellers variados.

Seu livro lançado em 2023 pela Oxford, "Moderate Conservatism, reclaiming the center" é essencial para pensarmos a polarização "fora da caixa". Para Kekes, uma saída possível da polarização que está destruindo a sociedade americana —mas serve para o Brasil também— é um recuo da politização da vida. Uma "despolitização da vida". Politização aqui é, antes de tudo, militância a esquerda ou a direita. Todo grupo político que se acha portador do BEM político —ele escreve no livro GOOD em maiúsculas— destrói a vida em sociedade.

Não são teóricos e "especialistas" que podem reduzir o caráter destrutivo da militância política polarizada, mas sim as pessoas comuns no seu dia a dia entenderem que o que garante o cotidiano é a manutenção de um sistema político sem grandes arroubos à esquerda ou à direita. Sem ideologia política. Lembro-me, quando criança, durante a ditadura —ditadura esta que enriqueceu muita gente que hoje posa portando o manto da santidade—, ouvia os adultos dizerem "o problema do Brasil é que o povo não é politizado". Pois bem: agora é, e?

Sei. Dirão que a politização do povo —graças às redes sociais, essas mesmas objetos de perseguição cada vez mais sistemática pelo Estado— é a politização errada. A esquerda sempre teve nojinho do povo. Aqui se revela uma diferença, entre a esquerda e a direita, quanto à tipologia regressiva típica da adesão a política.

Pablo Marçal é um Bolsonaro modelo 4.0. O crescimento, e o medo que ele tem causado —inclusive nos jornalistas que tem sofrido de desorientação diante dele—, se deve ao fato que, além de ele poder ganhar as eleições municipais em São Paulo, ele representa uma imensa maioria da população, aquela mesma que dá nojinho na esquerda. Ele dá esperança para uma imensa maioria da população, com sua salada de cristianismo mágico e liberalismo para os pobres. Quanto a mentir, todos mentem, ele o faz sem verniz.

O caráter regressivo de grande parte da direita é mais evidente: quase cospem quando falam. São obcecados pelo Bolsonaro, em pânico diante do risco de acordarem um dia apaixonados pelo Marçal. O caráter regressivo da esquerda tem mais verniz. É fingido. Como disse acima, veste o manto da santidade. Artistas, jornalistas, intelectuais, professores, cineastas, se vêm como merecedores do estilo literário conhecido como hagiografia. Hagiografia são biografias da vida de santos, sem fundamento histórico em si. São adolescentes mais narcisistas.

**JORNAL – O HOJE – 09.09.2024– PÁG. 10**

**571 denúncias de assédio sexual são registradas neste ano, aponta painel da CGU**

Reclamações foram feitas a ouvidorias de órgãos públicos federais

*Eduarda Leão*



Ouvidorias de 173 órgãos públicos federais, como ministérios, universidades, hospitais, empresas estatais e autarquias, registraram neste ano 571 denúncias e reclamações de assédio sexual. O número consta no painel “Resolveu?”, da Controladoria-Geral da União (CGU). Mais de 97% das manifestações são denúncias, e 2,5%, reclamações.

A lista é puxada pela Universidade Federal de Rondônia (32 registros), pelo Ministério da Saúde (23), pela Universidade Federal de Pernambuco (20) e pela própria CGU (20). A relação segue com manifestações originárias do Complexo Hospitalar de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cada um com 11 casos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem dez ocorrências. A universidade Federal do Ceará e o Ministério das Mulheres, nove registros cada. O Comando da Aeronáutica, a Universidade Federal do Pará e a Universidade de Brasília, com oito ocorrências cada, formam a lista das instituições com mais denúncias e reclamações.

Cerca de 60% dos registros no painel da CGU identificam o tipo de denúncia. A maioria é de “conduta de natureza sexual”. No mês de agosto, houve alta de registros, com 122 casos ou 21% das ocorrências anotadas pelas ouvidorias de órgãos públicos federais. Há pouca informação sobre os denunciantes e reclamantes. Três quartos não informaram a localização ou a cor. Entre as 88 pessoas que identificaram sexo, 66 eram mulheres (75%) e 22 eram homens. Você pode acessar o painel aqui. Nessa sexta-feira (6) à noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania (MDH), Silvio Almeida, depois de denúncias de assédio sexual. Não há, até o momento, nenhuma denúncia ou reclamação de assédio sexual no MDH registrado no painel “Resolveu?”, da Controladoria-Geral da União.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –09.09.2024 – PÁG. POLÍTICA**

**"Aumentar impostos é inconcebível", diz o senador Angelo Coronel**

O relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 afirma que o governo Lula precisa cortar gastos para alcançar a meta fiscal e defende uma nova reforma previdenciária, além de mudanças na estrutura administrativa

*Rafaela Gonçalves*

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, entregue pelo governo ao Legislativo na semana passada, prevê o aumento de impostos para compensar as perdas com a desoneração da folha de pagamentos.

A equipe econômica apresentou duas alternativas, o aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de empresas e a elevação dos impostos sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)..

Ao Correio, o relator-geral do Orçamento, senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que um aumento de impostos é "inconcebível" e defendeu que o governo corte gastos para alcançar a meta fiscal. "O governo quer arrecadar mais, é louvável, mas não pode sacrificar também as empresas do Brasil", ponderou.



A proposta manteve a previsão de deficit zero para 2025. O Executivo estimou a arrecadação em R\$ 166 bilhões no próximo ano, mas o montante considera valores potenciais relacionados a propostas ainda pendentes no Legislativo, bem como resoluções de conflitos na Justiça. A equipe econômica projeta arrecadar R\$ 20,947 bilhões com as majorações da alíquota do Imposto de Renda sobre o JCP e das alíquotas da CSLL.

Para o relator, a meta é "possível". No entanto, com o aumento de impostos, não há clima no Congresso para este aumento de tributos. "O que eu sinto aqui dentro do Congresso é que a grande maioria que eu tenho conversado não é favorável ao aumento de impostos. O governo deveria se preocupar em cortar despesas, não sacrificar as empresas brasileiras", disse.

Angelo Coronel falou ainda sobre o rombo previdenciário, cujas despesas chegaram à marca de R\$ 1 trilhão no próximo ano e defendeu uma reforma estruturante. "Nós temos que procurar agilizar uma nova reforma previdenciária, juntamente com a reforma administrativa, como já estamos fazendo a reforma tributária. Eu acho que as reformas têm de andar concomitantemente, porque não adianta mexer em uma sem também atacar o outro ponto." Segundo ele, antes da discussão da peça orçamentária, a prioridade é a resolução do imbróglio das emendas parlamentares. "Vamos agora ver esta questão das emendas de comissão, que são as emendas que estão causando o maior problema", destacou. Leia a entrevista completa.

#### *Quais as primeiras percepções sobre a peça orçamentária?*

O governo prevê um aumento de receitas, principalmente com base em alta da carga tributária, em imposto sobre as empresas e também aumento do Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras.

#### *Como que o senhor avalia isso?*

O governo está com essa colocação de aumento de impostos e eu sinto que a grande maioria aqui do Congresso não é favorável. Se o governo quer ampliar a receita, sou mais a favor de tentar reduzir despesas, não ampliar impostos e sacrificar o parque industrial comercial brasileiro. Já temos uma das cargas de tributo mais alta do mundo e não podemos ser coniventes com este aumento desenfreado, é inconcebível. Nesta peça consta o aumento do imposto de renda sobre o JCP, que é o juros do capital próprio, além do aumento de percentual da CSLL, que é a contribuição social sobre o lucro líquido. O governo quer arrecadar mais, é louvável, mas não pode sacrificar também as empresas do Brasil. Eu sempre digo: são as empresas que geram os impostos, são as empresas que geram empregos, então, não podemos ficar matando a galinha dos

ovos de ouro. O governo deveria se preocupar em cortar despesas, não sacrificar as empresas brasileiras. Esperamos que, ao longo destes três meses, possamos chegar a um consenso a respeito disso.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –09.09.2024– PÁG. ECONOMIA**

### **Entenda Porque O Pib Superou As Estimativas Do Mercado E Do Governo**

Economistas Ouvidos Pelo Correio Explicam Os Motivos Da Surpresa No Pib E O "Voo De Galinha" Do Segundo Trimestre. Além Disso, Reforçam Alerta Para Desaceleração Neste Semestre

*Rosana Hessel*



O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do segundo trimestre, que cresceu 1,4% na comparação com os três meses anteriores, ficou acima das expectativas do mercado e do governo, de 1,1%. O dado foi comemorado, na semana passada, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e por integrantes do governo que atribuíram o forte crescimento à atual política econômica, e apontaram os erros dos economistas, que "estariam não sabendo mais fazer projeções".

Mas não é bem assim, conforme analistas ouvidos pelo Correio. Eles alertam para a desaceleração da atividade econômica, a partir do terceiro trimestre, devido ao fato de que o governo gastou além do esperado e esse impulso fiscal não é sustentável. Logo, para os próximos trimestres, a tendência é de desaceleração mostrando que, mais uma vez, o PIB avança, mas deve frear em seguida, reproduzindo o tradicional "voo de galinha" da economia brasileira. E, devido ao carregamento estatístico de 2,5% do PIB para o resto do ano, segundo os analistas, mesmo se o PIB ficar estável de julho a dezembro, o crescimento contratado para 2024 é de 2,5%. Com isso, as revisões para cima da alta do PIB deste ano começaram e estão perto de 3%, mas desaceleraram para menos de 2%, em 2025.

### **Impulso fiscal**

O economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), reconhece que o erro sistemático nas projeções do mercado para o PIB tem duas razões. A primeira é do ponto de vista metodológico e, a segunda, é o impacto da política econômica adotada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que é expansionista. "Os modelos econométricos desenvolvidos ao longo do tempo para as projeções se baseiam no passado. E, como a economia sempre teve um desempenho modesto, isso atrapalha as estimativas futuras e provoca esse erro sistemático. E, do ponto de vista fiscal, o estímulo dos gastos do governo foi bem maior do que o esperado", explica. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, estava com uma das projeções mais otimistas do mercado para crescimento do PIB do segundo trimestre, de 1,2%, e também atribui o erro do mercado ao forte aumento das despesas do governo que estimulam mais o consumo sem uma estratégia de crescimento sustentável da economia, buscando melhorar a qualidade dos gastos públicos e imprimir um verdadeiro ajuste fiscal.



## CLIPPING

DATA

09.09.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Conforme dados do Tesouro Nacional, as despesas do governo federal cresceram 7,8% no semestre, em termos reais (descontada a inflação). Esse aumento das despesas, em grande parte, foi impulsionado pelo desembolso maior de benefícios, pelo salto de 935,7% de gastos extraordinários, pelo aumento de 67,6% no pagamento dos precatórios (dívidas judiciais da União), e pelo aumento de 43,7% nos investimentos. "Não se imaginava que a política fiscal teria um impacto tão forte no PIB", destaca Vale. Para o economista da MB, o avanço do PIB foi um novo "voo de galinha". "Com tanto estímulo à demanda como a gente está vendo agora, estamos diante das consequências: a inflação sobe, os juros também e o crescimento mais fraco acaba voltando no ano seguinte e, talvez, em 2026.

Por isso, esse 'voo de galinha' está bastante claro", explica. Vale estima que o PIB, no terceiro trimestre deverá ficar "pouco abaixo de 1%", e, como há um conjunto de fatores que devem pressionar a inflação, como o PIB mais forte e os preços da energia mais caros, e fazer com que o Banco Central aumente a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,50% ao ano, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para 17 e 18 deste mês. Pelas estimativas da Vale, a Selic seguirá em alta neste ano e encerrará 2024 em 11,50%. A XP Investimentos prevê a Selic em 11,75%, no fim deste ano, subindo para 12%, no fim de 2025.

De acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), além do impulso dos gastos do governo de forma geral, o impacto do pagamento dos precatórios não pagos pelo governo anterior no fim de 2023 — de pouco mais de R\$ 93 bilhões, após o calote do governo anterior — e a antecipação do 13º dos aposentados entre abril e maio, que injetou também R\$ 67 bilhões na economia, contribuíram bastante para o crescimento do PIB acima das estimativas. Ela lembra os principais componentes da ótica de gastos cresceram acima da média do PIB, de 2,9% no semestre. "O PIB deste ano é diferente, porque está sendo impulsionado pelo aumento da demanda interna e não pelo choque de oferta, como o ocorrido em 2023, que contribuiu para a inflação ser menor, mas agora, vamos ter inflação maior e aumento nos juros", alerta.

### Reformas

Especialistas alertam sobre a mudança estrutural não vem sendo captada nos modelos estatísticos. O país atravessou duas recessões quase consecutivas — a de 2015 a 2016, provocada pelo próprio governo que era comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), e a de 2020, devido à pandemia da covid-19 — e passou por reformas estruturais feitas desde 2017, como a trabalhista e a da Previdência, além da modernização de marcos regulatórios, como o do saneamento — que ajudaram a elevar os investimentos no país.

Eles lembram que, mesmo com a revisão das previsões para cima, o Brasil ainda deve seguir crescendo abaixo da média global, de 3,1%, neste ano e de 3,2%, em 2025, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, apesar de os investimentos também subirem para 16,8% do PIB, no segundo trimestre deste ano, esse indicador segue abaixo do pico histórico, de 21% do PIB, e está distante da média global (26,5% do PIB) e dos países da América Latina, de 20% do PIB.

A economista e consultora Zeina Latif, ex-secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, reconhece que há uma dificuldade técnica para essa sequência de surpresas positivas no PIB. "Assim como no passado, houve surpresas negativas, porque o Brasil tem muita volatilidade na atividade. Tivemos



## CLIPPING

DATA

09.09.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

uma recessão severa no governo Dilma, descolando o Brasil da experiência dos outros países emergentes. Como foi uma crise nossa, isso afetou muito a qualidade dos modelos econômicos para projeções de curto e médio prazos. Na recessão de 2015 a 2016, os erros na política econômica não foram capturados pelos modelos devido às quebras estruturais que o país sofreu. E, depois da pandemia, piorou muito a qualidade desses modelos de previsão de médio prazo", afirma.

Para a economista, existe uma dificuldade técnica também porque houve mudança no PIB potencial (que indica a capacidade de o país crescer naturalmente). Pelas projeções do mercado, esse PIB potencial está em torno de 2%, mas, devido ao aumento da produtividade, mas deve ser um pouco maior, segundo ela. "Temos razões para acreditar que tem não só ganho de produtividade, mas uma tendência ainda que muito errática e de volta paulatina de investimentos. Então, acredito que tem um aumento do PIB potencial. O FMI está falando, agora, que esse PIB potencial está com cara de 2,5%. E talvez a gente tenha um PIB potencial que está avançando, mas ainda não sabemos bem o tamanho dele", afirma Latif.

Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, reforça que não foi apenas o mercado que errou nas projeções do PIB, mas também o Banco Central e o Ministério da Fazenda. "É difícil termos uma única resposta para essa surpresa generalizada. Em parte, tem a ver com os modelos, e, talvez haja necessidade de atualização dos principais modelos usados para as estimativas. Mas existem fatores estruturais e conjunturais", ressalta. De acordo com ele, o time de economia da XP também considera, sim, que houve certo ganho de capacidade produtiva do país ao longo dos últimos anos.

"Afinal, nós observamos algumas reformas sendo aprovadas, desde a reforma trabalhista, em 2017, reforma da Previdência, modernização de marcos regulatórios setoriais, inovações no sistema financeiro, como o Pix, entre outros. Existe uma série de avanços do ponto de vista mais estrutural, ao longo dos últimos anos de difícil mensuração individualmente, mas que, em conjunto, parecem explicar parte dessas surpresas positivas", ressalta Margato. Ele também reconhece que houve aumento do PIB potencial, antes de 1,5% e, agora, na casa de 2%. "Houve o aumento significativo de renda ao longo dos últimos trimestres, devido ao impulso fiscal, e tivemos um expressivo das despesas públicas desde o ano passado. Enfim, há uma série de elementos que aumentaram bastante a disponibilidade de renda", destaca. Segundo ele, os cálculos da XP sobre o impulso fiscal no PIB do segundo trimestre foi de 5% no primeiro trimestre de 2024 em relação aos três meses anteriores e, no segundo trimestre, esse impulso fiscal deve ficar bem próximo ao aumento de 5,5% da renda disponível. Pelas estimativas revisadas da XP, o PIB deverá crescer 3,1% neste ano.

### **Revolução digital**

Na avaliação do economista e consultor André Perfeito, existem duas questões que estão influenciando as surpresas nas estimativas do mercado, que não gosta muito de governos de esquerda. "De um lado, temos questões de ordem microeconômica que são difíceis de mensurar, e tem a ver, talvez, com um nível maior de eficiência da economia brasileira, que pode ser por vários motivos, como as medidas microeconômicas que o ex-ministro da Economia Paulo Guedes tomou, até a revolução digital que aconteceu no Brasil e no resto do mundo por causa da pandemia.

A produtividade do mundo melhorou. Todo mundo sabe ligar o computador e fazer uma reunião virtual e o comércio ficou mais ágil, mais eficiente, os outros processos também ficaram mais eficientes", destaca. Por

outro lado, ele acredita que o mercado financeiro "tem errado sistematicamente porque entende que a dinâmica fiscal é negativa". "O aumento do gasto do governo altera as expectativas e gera um custo a curto prazo. Mas, na verdade, qualquer livro de economia, ensina que, se você tem mais gastos a curto prazo, o PIB cresce", afirma Perfeito, que tem uma visão desenvolvimentista enquanto que a do mercado é fiscalista. Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partners, por sua vez, resume que as surpresas do PIB vieram pelo maior crescimento da indústria e pelo aumento do consumo do governo e ressalta que os desafios fiscais deste ano poderão ser maiores em 2025. "O que fica claro é que, tanto o crescimento mais forte do que o esperado quanto a inflação mais alta, têm as 'digitais' do governo.

A combinação desses dois fatores explica o porquê de os juros no Brasil estarem tão altos e, provavelmente, ainda terem de subir mais na próxima reunião do Copom. Crescimento é bom, mas não com inflação alta, porque ele tem um prazo de validade após o aperto na política monetária. Se nossa política fiscal continuar nessa toada, podemos chegar a um equilíbrio ruim, no qual o crescimento fica limitado por uma inflação longe da meta e juros mais altos por um período mais longo", afirma. "E como diria o ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen: "Toda sociedade tem a inflação que merece", complementa.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –09.09.2024– PÁG. OPINIÃO**

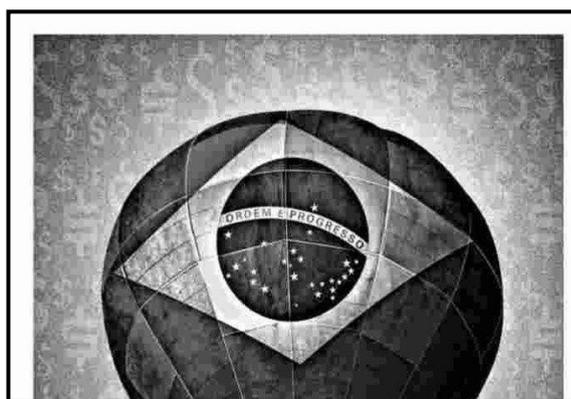
### **Cortesia com chapéu alheio**

Quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números do desempenho da economia nacional, os técnicos descobriram perplexos que o Brasil tinha sido o segundo maior país em crescimento de seu produto interno bruto

*André Gustavo Stumpf*

Especialistas, agências e institutos que se dedicam a fazer projeções sobre o desenvolvimento da economia brasileira continuam a errar muito.

De novo, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números do desempenho da economia nacional, os técnicos descobriram perplexos que o Brasil tinha sido o segundo maior país em crescimento de seu Produto Interno Bruto, perdeu apenas para o Peru, e empatou como potências do quilate de Arábia Saudita e Noruega.



Os técnicos que fazem as profecias ficaram perplexos e não tiveram a humildade de vir a público e tentar explicar o que aconteceu. Este número resulta em crescimento anual próximo a 3%. As projeções eram inferiores a 2%. Um vexame. É a maior alta desde o quarto trimestre de 2020, quando a economia cresceu 3,7%, mas ainda em meio à recuperação, imediatamente após tombar por causa do início da pandemia da covid-19. O Brasil ficou na vice-liderança em ranking de PIB de 53 países. Os chamados especialistas previam avanço de 0,9% ante o primeiro trimestre, segundo a opinião média de 80 instituições de mercado consultadas. Tudo errado.



**CLIPPING**

DATA

09.09.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº

18 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A indústria teve expansão de 1,8%. A construção civil avançou 3,5%, e a indústria de transformação teve alta de 1,8%. Houve queda de 4,4% nas indústrias extrativas, que reúnem atividades como mineração e extração de petróleo. A agropecuária, que puxou o PIB no ano passado, foi o único entre os grandes setores que recuou: queda de 2,3% no segundo trimestre. A seca que afeta plantações em vários estados no país foi uma das responsáveis pelo desempenho fraco, assim como as chuvas no Rio Grande do Sul. A verdade é que, desde 2020, as previsões de crescimento da economia têm subestimado a variação que viria a ocorrer de fato no PIB. A previsão de alta de 0,36% do PIB em 2022; o crescimento foi de 3%. Para 2023, previsão de 0,8%, alta de 2,9%. Para 2024, previsão de 1,5%, mas o PIB deve crescer mais de 2,5%. Difícil é saber se o erro de previsão está relacionado a erros de diagnóstico sobre o funcionamento da economia e do efeito de políticas econômicas. Parece, à primeira vista, assunto político.

No governo Lula 2 comecei a prestar atenção nos prognósticos dos chamados especialistas porque o ministro de Comunicação do governo, Franklin Martins, costumava me alertar para os erros das previsões dos analistas financeiros. Eles fazem as previsões e vão corrigindo ao longo do ano de maneira que em dezembro suas profecias coincidam com os números oficiais. Mas nos últimos tempos eles têm errado muito mais, e de maneira mais ostensiva. É preciso desconfiar sempre. Um amigo que trabalhou no Fundo Monetário Internacional costumava também reclamar das agências de classificação de risco.

Na grande crise dos Estados Unidos, em 2008, elas erraram tudo, do começo ao fim. Não conseguiram se antecipar ao enorme problema dos recebíveis derivados de empréstimos habitacionais. A crítica originária do FMI é a de que o Fundo negocia com os governos, realiza mudanças na operação financeira dos países e, no meio dos entendimentos, as agências definem que o crédito de determinado país melhorou ou piorou. Atrapalha muito e normalmente não tem base sólida. O Brasil, por exemplo, não pode ter classificação inferior à de alguns de seus vizinhos. No entanto, é assim.

Essas confusões e erros apenas demonstram que economia não é ciência exata. Seu resultado, depois de um ano de trabalho, depende de uma série de variáveis que vão desde seca ou chuva, vontade de empreender, facilidade de investir, problemas com o governo de esquerda, dificuldades no diálogo com deputados e senadores, problemas pessoais que influenciam na política, tudo isso resulta em um número. É muito difícil acertar com exatidão o resultado. Tanto aqui quanto no exterior, as previsões na área da economia são resultam da vontade política. Não há isenção, nem nos cálculos dos chamados especialistas. Eles também têm preferências e, não esquecer, negócios.

A discussão, neste final de ano, está em torno da redução das taxas de desemprego no país. O número é ótimo dentro das possibilidades nacionais, algo perto de 6,8%, (já foi mais de dez por cento ao tempo da presidente Dilma Rousseff). Menor desemprego sugere maior pressão sobre preços, ou seja, inflação, porque os salários tendem a subir uma vez que pode haver escassez de mão de obra em setores fundamentais. Há o outro lado desta situação, virá, ou viria, pelo lado do aumento das taxas de juros. O governo, discretamente, mandou projeto aumentando impostos. A voracidade fiscal é insaciável. Está na hora de o presidente Lula começar a cortar suas imensas despesas. Ele está fazendo cortesia eleitoral, pensando em 2026, com o chapéu dos contribuintes.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 09.09.2024– PÁG. E1**

**Seguradora vence no Carf disputa sobre PIS e Cofins**

Conselheiros entenderam que rendimentos com reserva técnica não devem entrar na base de cálculo das contribuições

*Marcela Villar*



O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) excluiu da base de cálculo do PIS e da Cofins da Brasilveículos Companhia de Seguros, pertencente à Mapfre Brasil, os rendimentos obtidos com reserva técnica - ativos exigidos para garantir o pagamento de indenizações a clientes. A decisão, da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento, anulou uma cobrança de cerca de R\$ 20 milhões. O acórdão é relevante por haver poucas decisões favoráveis aos contribuintes no tribunal administrativo. Na Justiça, há divergência, motivo pelo qual o tema foi afetado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para julgamento em repercussão geral (RE 1479774 ou Tema 1309).

A decisão também ganha importância por afastar a incidência dos tributos sobre gastos com a contratação de terceiros para a assistência 24 horas. É a primeira vez que o Carf se manifesta sobre a questão a favor das empresas, segundo advogados. Os contribuintes e a Receita Federal discordam sobre a tributação em razão das diferentes interpretações sobre o conceito de faturamento. Para as empresas, por mais que os investimentos em reserva técnica sejam uma imposição legal - advinda da Lei nº 8212/1991 -, as receitas obtidas não decorrem da atividade típica empresarial, portanto, não seriam tributáveis.

Já a Receita Federal entende que esses rendimentos integram o conjunto de operações desenvolvidas pelas seguradoras. Portanto, fazem parte do objeto social e constituem receita bruta. No caso analisado pelo Carf, o órgão multou a empresa por suposta omissão de R\$ 90 milhões em receitas financeiras obrigatórias e R\$ 86,6 milhões referentes a pagamentos a terceiros pela assistência 24 horas a sinistros na base de cálculo dos dois tributos. Prevaleceram os argumentos do contribuinte. Para o relator, conselheiro José Renato Pereira de Deus, a previsão legal não transforma os rendimentos obtidos com as aplicações compulsórias em atividade empresarial típica. “O fato de as receitas financeiras estarem relacionadas a investimentos previstos em lei como obrigatórios, não faz com que sejam considerados como receitas típicas das seguradoras”, diz ele, no voto (processo nº 16327.720020/2019-76).

Ele cita a definição de faturamento do STF, compreendida como “a totalidade das receitas auferidas com a venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços, ou seja, é a soma das receitas oriundas do exercício das atividades operacionais”. Também lembra de três precedentes no Carf (acórdãos nº 3302-001.873, nº 3302-002.841 e nº 3401-002.708). Sobre a assistência 24h, a seguradora defendeu que também



## CLIPPING

DATA  
09.09.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
20 de 25

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

não integra atividade típica, pois compõe uma “cesta de produtos oferecidos aos segurados”, como “uma espécie de benefício”. A fiscalização, porém, entende que esse serviço - como guincho e transporte - é “mero diferencial comercial que aparece com papel complementar no contrato de seguros”, e deveria ser enquadrado como “liberalidade comercial oferecida pela seguradora, não sendo necessária, tampouco obrigatória”.

Para o relator, a dedução é permitida pela legislação tributária, com respaldo nas normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep). “A definição de ‘sinistro’, utilizada para essa dedução, está firmemente ancorada em normas de direito privado e é reconhecida tanto pela legislação quanto pela regulamentação específica da Susep”, afirma. A turma foi unânime sobre esse segundo ponto. A respeito da reserva técnica, ficou vencido só o conselheiro Lázaro Antônio Souza Soares. Advogados de contribuintes entendem da mesma forma. O tributarista Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, que atua pela Brasileículos no caso, diz que a Lei nº 9.718/1998, que trata da base de incidência do PIS/Cofins, prevê a dedução da assistência 24 horas, no artigo 3º parágrafo 6º inciso II. “Não se trata de tese dos contribuintes, mas um direito assegurado pela lei”, diz.

Para Cabral, a decisão do Carf se aplica inclusive para os casos posteriores à edição da Lei nº 12.973/2014, que, segundo ele, tentou ampliar a base de cálculo dos dois tributos federais. “As novas hipóteses da norma não abrangem receitas de reservas técnicas, então não justifica a incidência e não muda o resultado da decisão.” Como argumento favorável, tributaristas lembram do voto do ministro Dias Toffoli, do STF, ao julgar um caso da Axa Seguros. Essa ação, que não estava em repercussão geral, permitiu a incidência de PIS/Cofins sobre prêmios de seguros. Porém, nos embargos de declaração, Toffoli afirmou que a cobrança não deveria se estender aos ativos garantidores, citando parecer do ministro aposentado Cezar Peluzo. O impacto desse caso era de R\$ 26,9 bilhões, segundo estimativa na Lei de Diretrizes Orçamentárias (RE 400479).

O tributarista Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, lembra ainda que um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) chegou a reconhecer que essas receitas não eram operacionais, mas depois a Receita publicou uma solução de consulta dizendo o contrário. Para ele, não é possível a inclusão. “Não é receita operacional, porque é o cumprimento de uma obrigação regulatória. A empresa não tem autonomia para gerir esse dinheiro e precisa cumprir regras específicas”, diz. Segundo Faro, a jurisprudência na Câmara Superior do Carf é desfavorável “há bastante tempo” e o cenário também não é positivo no Tribunais Regionais Federais (TRFs). Ele tem duas decisões definitivas favoráveis sobre o assunto, de segunda instância. Na Câmara Superior do Carf, menciona caso recente que esteve em julgamento, mas foi suspenso por um pedido de vista do novo presidente, com placar em 4 a 3 para a União (processo nº 16682.722324/2017-67).

Advogados defendem ainda que a tese das seguradoras difere da que foi julgada em junho do ano passado de forma desfavorável para as instituições financeiras, no STF (Tema 372). Nesse caso, por maioria, os ministros entenderam que as receitas financeiras integram a atividade típica dos bancos, portanto, devem compor a base dos tributos. Para as seguradoras, contudo, não poderia ser aplicada a mesma lógica. “Existe uma peculiaridade na prestação do serviço e na obrigação legal de ter esse ativo garantidor”, diz Priscila Regina de Souza, sócia do Loeser e Hadad Advogados, acrescentando que “a decisão do Carf é muito coerente e está bastante alinhada com o conceito de receita bruta e faturamento”. “Qualquer decisão diversa é não respeitar a própria legislação.” Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição. A Mapfre informou, em nota, que “não comenta decisões judiciais”.

### **STF: Instituições financeiras devem fornecer dados de clientes ao Fisco**

Placar foi de seis votos a cinco e prevaleceu o entendimento da relatora, ministra Cármen Lúcia

*Flávia Maia*

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizaram um importante julgamento sobre sigilo bancário, pelo Plenário Virtual. Definiram que são constitucionais os dispositivos de um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que obrigam instituições financeiras a fornecer aos Fiscos estaduais informações sobre transações realizadas por clientes via PIX e cartões de débito e crédito. O placar final foi de seis votos a cinco.



A medida é para fiscalizar o pagamento do ICMS por meios eletrônicos. Foi estabelecida pelo Convênio Confaz-ICMS nº 134, firmado em 2016. A norma estabelece que as instituições bancárias passam a ter obrigação de informar todas as operações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas. A ação foi ajuizada pelo Conselho Nacional do Sistema Financeiro (Consif). A entidade argumenta que o convênio é inconstitucional porque confere ao Confaz a competência para mitigar o sigilo bancário dos clientes de instituições financeiras. O Consif também defende que o Confaz cria uma obrigação acessória a mais para os bancos e pode abrir margem para que prefeituras também peçam o acesso a dados de clientes referentes a tributos municipais.

Prevaleceu no julgamento o voto da relatora, a ministra Cármen Lúcia. Ela entende que a norma é válida porque visa o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória das fazendas estaduais e vai trazer mais eficiência à fiscalização tributária. A ministra ressalta ainda que não há quebra de sigilo bancário, mas sim a “transferência do sigilo das instituições financeiras e bancárias à administração tributária estadual ou distrital”. A ministra acrescenta no voto que, a partir do momento que as instituições financeiras repassam os dados às autoridades fiscais, “há transferência também do dever de sigilo dessas informações àquelas autoridades, permanecendo a obrigação legal de preservação da inviolabilidade dos dados”.

“À administração tributária dos Estados e do Distrito Federal é imposta a tarefa de manter os dados das pessoas físicas e jurídicas fora do alcance de terceiros, utilizando-os de forma exclusiva para o exercício de suas competências fiscais”, afirma. Acompanharam o entendimento da relatora Cármen Lúcia os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Flávio Dino, Dias Toffoli e Luiz Fux. O ministro Gilmar Mendes foi o primeiro a divergir da relatora. Na análise do decano, a norma do Confaz viola os direitos à privacidade, ao sigilo de dados, ao devido processo legal e à proteção de dados pessoais. O ministro ressalta ainda, em seu voto, que a norma não tem critérios transparentes quanto à transmissão, à manutenção do sigilo e ao armazenamento das informações. “Não há qualquer previsão quanto ao prazo de guarda dos dados enviados,

em linha com a manutenção da finalidade pública da administração tributária, o que é exigido, inclusive, pela Lei Geral de Proteção de Dados [LGPD]”, diz o ministro.

Acompanharam Gilmar Mendes os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Luís Roberto Barroso e Nunes Marques. Em seu voto, o ministro Cristiano Zanin destaca que a União pode exigir das instituições financeiras a obrigação de informar dados relativos às operações realizadas pelos usuários de seus serviços e que estão sujeitas aos tributos de sua competência. No entanto, afirma, essa obrigação não deve ser estendida para os Estados e Distrito Federal. “Em síntese, a administração tributária, no exercício da atividade fiscalizatória — instrumento para concretização do princípio da capacidade contributiva — deve atuar dentro dos limites da sua competência impositiva. Daí que as obrigações acessórias devem estar minimamente relacionadas ao objeto da obrigação principal”, diz Zanin.

O julgamento já esteve em Plenário Virtual anteriormente e havia sido interrompido, no mês de maio deste ano, pelo ministro Dias Toffoli. A votação foi retomada no dia 30. No retorno do julgamento, o ministro Toffoli acompanhou o entendimento da relatora. Ele afirma no voto que os Estados e o Distrito Federal podem ter acesso aos dados, assim como a União. Para ele, a norma do Confaz permite mais eficiência na cobrança do ICMS. Toffoli diz também em seu voto que, recentemente, foi feita uma alteração no Código Tributário Nacional (CTN) em que se previu “expressamente” a possibilidade da administração tributária requisitar informações cadastrais e patrimoniais de terceiros a órgãos ou entidades, públicos ou privados, que, inclusive por obrigação legal, operem cadastros e registros ou controlem operações de bens e direitos.

## **Destaque**

### **Termo crossfit**



A 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve decisão que determinou que empresa de pisos para academias se abstenha de utilizar termo “crossfit” ou outro semelhante.

A sentença também condenou a apelante a indenizar a autora por danos morais, fixados em R\$ 20 mil, e danos materiais, que serão apurados em liquidação de sentença. Segundo os autos, a ré expôs à venda, sem autorização, linha de pisos de academias com expressão que integra as marcas de titularidade da autora, única legitimada a produzi-las, comercializá-las e licenciá-las.

Em seu voto, o relator do caso, desembargador Maurício Pessoa, destaca que, embora a apelante tenha alegado que as empresas não atuam no mesmo ramo, há identidade entre os serviços oferecidos e o público-alvo, já que a acusada usou o termo para designar piso para aplicação em academias, ao passo que a autora o utiliza para nomear programa de condicionamento físico. “O parasitismo é identificado a partir da real possibilidade de os consumidores adquirem o produto da apelante relacionando-o à apelada, com a falsa percepção de que ostenta o mesmo padrão de qualidade da marca tradicional e reconhecida internacionalmente”, afirma o desembargador em seu voto (processo nº 1070884-28.2023.8.26.0100).

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO –09.09.2024– PÁG. E2**

### **O STJ e a revisão de decisões do Carf**

Ao impor limites claros para o uso da ação popular contra decisões do Carf, o STJ reafirma os princípios que devem guiar a administração pública em todas as suas ações

*José Andrés Lopes da Costa*

A recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial 1608161/RS, que limitou o cabimento de ações populares contra decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), marca um momento significativo para o direito administrativo e tributário no Brasil. Ao definir que a ação popular só deve ser admitida em casos de ilegalidade manifesta, abuso de poder ou contrariedade à jurisprudência consolidada, o STJ reforça a necessidade de respeitar as decisões do Carf, protegendo a integridade do processo administrativo e os princípios fundamentais que norteiam a administração pública.



O Carf desempenha um papel crucial na resolução de litígios tributários, sendo responsável por decisões que envolvem uma análise técnica profunda e uma interpretação precisa da legislação tributária. Suas decisões, que frequentemente envolvem questões de alta complexidade, devem ser respeitadas como definitivas na esfera administrativa. Contudo, a tentativa da Fazenda Nacional de anular suas decisões, por meio de ação popular ajuizada por um auditor fiscal, levanta preocupações significativas sobre a aplicação dos princípios da moralidade, legalidade e eficiência na atuação do Estado.

O fato de o autor da ação popular ser um auditor fiscal traz à tona questões sobre a finalidade e a moralidade desse tipo de iniciativa, uma vez que desvirtua o uso para o qual esse tipo de ação foi instituída já na Constituição de 1934, qual seja, o de servir como instrumento de participação democrática que permitia ao cidadão defender o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente, e o patrimônio histórico e cultural contra atos lesivos. Assim, quando utilizada por agentes públicos em contextos que podem sugerir a existência de interesse pessoal ou institucional, há o risco de desvirtuamento de seu propósito original. O uso da ação popular como ferramenta para contestar decisões previamente analisadas e julgadas por instâncias competentes, como o Carf, coloca também em risco o princípio da legalidade, uma vez que desafia a autoridade de decisões que já passaram por um crivo técnico especializado.

Além disso, a iniciativa da Fazenda Nacional de apoiar o autor da ação proposta contraria o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que exige da administração pública uma atuação coordenada e objetiva, evitando o desperdício de recursos e a perpetuação de litígios desnecessários. A eficiência administrativa pressupõe que os órgãos públicos atuem de maneira integrada e que as decisões sejam implementadas de forma célere e eficaz, sem a interferência indevida de novas disputas que



## CLIPPING

DATA

09.09.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

prolongam o processo e aumentam os custos para todas as partes envolvidas. Nesse contexto, a crítica do ministro Paulo Sérgio Domingues à postura da Fazenda Nacional é extremamente relevante.

Ao questionar a decisão de apoiar uma ação popular que visa anular uma decisão do Carf, o ministro não apenas aponta para uma possível incoerência na atuação da administração pública, mas também ressalta a importância de que os princípios da moralidade e legalidade sejam rigorosamente observados. O papel de um auditor fiscal deve ser o de garantir que a legalidade prevaleça, sem o uso de instrumentos processuais para reabrir discussões que já foram exaustivamente analisadas por instâncias competentes.

Outro ponto que merece destaque é o impacto que ações como essa podem ter sobre a percepção pública da administração tributária. O uso da ação popular, quando motivado por razões que extrapolam a defesa do interesse público, pode ser visto como um desvio de finalidade, comprometendo a imagem da administração pública perante os contribuintes e a sociedade. A confiança no sistema tributário depende da percepção de que as decisões são tomadas de maneira justa e objetiva, respeitando princípios basilares de direito administrativo.

Ainda mais grave é o fato de que a postura da Fazenda Nacional, ao apoiar a anulação de uma decisão do Carf, contraria o princípio da vedação ao venire contra factum proprium. Esse princípio impede que a administração pública adote comportamentos contraditórios, violando a boa-fé e a legítima expectativa dos cidadãos. Quando a administração pública age de maneira incoerente, como ao tentar anular uma decisão que ela mesma produziu, fica comprometida a credibilidade do Estado e a previsibilidade do sistema jurídico, gerando insegurança e incerteza.

Em última análise, a decisão do STJ fortalece a confiança nas instituições públicas e no sistema tributário como um todo. Ao proteger as decisões do Carf contra revisões indevidas, o tribunal contribui para a manutenção da ordem e da justiça no processo administrativo. Essa decisão é um passo importante para garantir que o sistema tributário brasileiro continue a evoluir de forma justa e eficiente, assegurando que as decisões administrativas sejam tratadas com o devido respeito e que os princípios da legalidade, moralidade e eficiência sejam rigorosamente observados.

Em conclusão, ao impor limites claros para o uso da ação popular contra decisões do Carf, o STJ não só protege a integridade do processo administrativo, mas também reafirma os princípios que devem guiar a administração pública em todas as suas ações. A decisão contribui para a construção de um sistema jurídico mais estável e confiável, onde as decisões são respeitadas e as instituições agem de forma coordenada e eficiente, garantindo a segurança jurídica e a justiça para todos os cidadãos.

### **DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB**

#### **Dia 09 de Setembro – Dia do Médico Veterinário**

Em 9 de setembro, é comemorado o Dia do Veterinário no Brasil. Por cuidar da saúde dos pets, que têm papel fundamental na saúde humana, o médico-veterinário merece todo o respeito. Esse profissional ainda inspeciona produtos de origem animal para garantir a segurança dos alimentos. Muitas vezes, ele também

está à frente do desenvolvimento de medicamentos e até da busca por novas vacinas para bichinhos e pessoas!



Essas são apenas algumas das funções do médico-veterinário. Como o curso tem uma carga horária extensa, voltada principalmente para o estudo de temas relacionados à saúde humana e animal, o profissional deixa a universidade com várias possibilidades de atuação. As especialidades da profissão atingem mais de 80 áreas possíveis de atuação, o que faz do médico-veterinário um dos principais profissionais da saúde única, que engloba a saúde animal, humana e ambiental.

A data escolhida para o Dia do Veterinário foi 9 de setembro. Neste dia, no ano de 1933, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 23.133, que regulamentou o trabalho desse profissional no país, sendo um grande marco para a profissão.

Até hoje, 9 de setembro é o Dia do Médico-veterinário, mesmo que os requisitos de graduação tenham mudado de lá para cá. Na época, além de fazer a graduação, o profissional precisava ser cadastrado em algumas autarquias públicas. Após se formar, o veterinário precisava fazer cadastro na Diretoria Geral de Indústria Animal e no Departamento Nacional de Saúde Pública. O diploma só era validado depois disso.